

RECURSO ESPECIAL Nº 1.861.357 - SC (2020/0030323-9)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**
ADVOGADOS : **JANAÍNA MARQUES DA SILVEIRA - SC026753**
MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498
THIAGO RAVELL SANTOS - RJ183844
RECORRIDO : **DAIANE MAINEL**
ADVOGADO : **IUNES CESAR MANICA - SC022827**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EVENTO DANOSO, DESDE QUE O PAGAMENTO NÃO TENHA SIDO REALIZADO TEMPESTIVAMENTE NA VIA ADMINISTRATIVA. NECESSIDADE DE RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DA REQUERIDA. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO GRAU DE INVALIDEZ APLICADO. VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE EQUIVALENTE AO EFETIVAMENTE DEVIDO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. INCIDÊNCIA DESDE A DATA DO SINISTRO. VERBA SUCUMBENCIAL. DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE DEVEM SER DIVIDIDAS IGUALITARIAMENTE ENTRE AS PARTES. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

No recurso especial, a recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao art. 5º, §§ 1º e 7º, da Lei 6.194/74, defendendo não incidir correção monetária entre a data do sinistro e a do pagamento administrativo quando a seguradora observa os prazos previstos em lei específica.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial merece prosperar.

A 2ª Seção do STJ, em sede de julgamento de recurso especial representativo de controvérsia, firmou a tese de que "*A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso*" (REsp 1.483.620/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe de 02/06/2015).

Ocorre que a incidência da correção monetária desde o evento danoso, nos termos do previsto no recurso especial repetitivo, somente ocorre nas hipóteses de descumprimento do prazo legal para o pagamento (art. 5º, § 7º, da Lei 6.194/74).

Nesses termos, cita-se ainda:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA.
DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580/STJ.
PAGAMENTO TEMPESTIVO REALIZADO
ADMINISTRATIVAMENTE E EM VALOR SUPERIOR AO
EFETIVAMENTE DEVIDO. ATUALIZAÇÃO.
INVIABILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.**

1. A Súmula 580/STJ dispõe que "a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso."

2. A correção monetária incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal, de modo que a mora da seguradora imponha a reparação das

perdas ensejadas pela inflação e a recomposição do seu montante efetivo ao longo do tempo.

Na espécie, a indenização foi feita tempestivamente e em quantia superior à efetivamente devida, tornando inviável a atualização monetária. 3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1338095/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/2018, DJe 05/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE REQUERENTE.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a indenização do seguro DPVAT deverá ser acrescida de correção monetária somente quando não for paga em até 30 (trinta) dias, contados da entrega dos documentos. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Para se rever a conclusão das instâncias ordinárias - no sentido de que a indenização foi paga no prazo legal - seria necessário o reexame do contexto fático-probatório dos autos, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ. 3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1279802/SE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/05/2019, DJe 17/05/2019)

Considerando que não é possível inferir se o pagamento administrativo foi ou não realizado nos 30 (trinta) dias subsequentes à apresentação dos documentos necessários à comprovação do sinistro, é necessário o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que proceda ao novo julgamento da apelação à luz do entendimento desta Corte.

Diante do exposto, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa.

Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator